



COMITÊ TRIBUTÁRIO

ATUALIDADES TRIBUTÁRIA

**Antonio Ganim,
Filipe Rezende do Amaral e
Diogo Olm Ferreira**

18/11/2023

realização
ABRACONEE
Associação Brasileira dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica



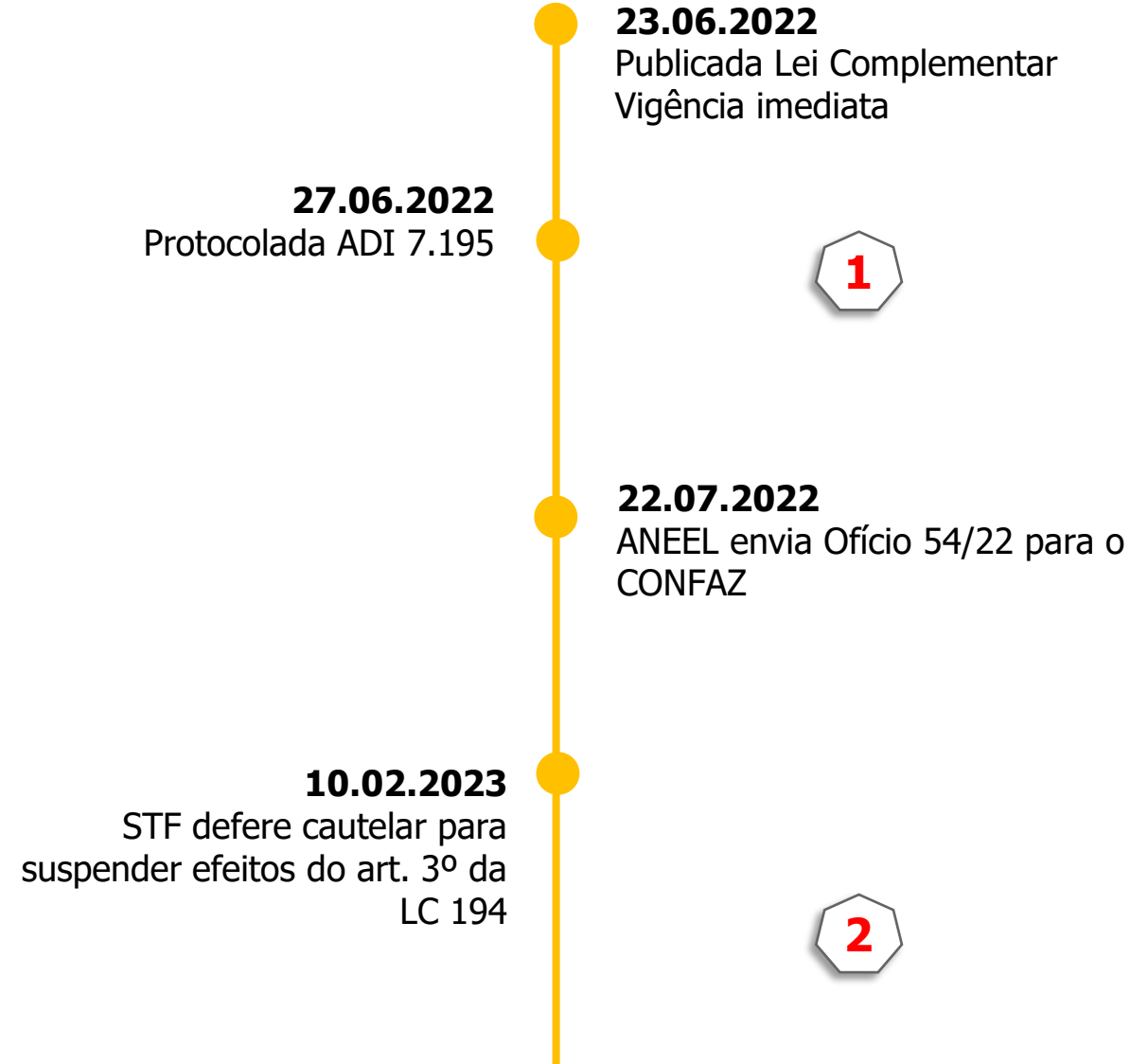
Lei Complementar 194/22 – “ICMS sobre TUSD”

Histórico

- ❖ LC 194 publicada com dois grandes impactos no setor de Distribuição:
 - i. Reconhecimento da essencialidade do ICMS (redução da alíquota para modal de cada Estado)
 - ii. Não-incidência do ICMS sobre “serviços de distribuição, transmissão e encargos setoriais

Impactos nas Distribuidoras

- 1** Distribuidoras fizeram Consultas aos Estados
- 1** Aplicações diferentes da legislação a depender da Distribuidora e da orientação de cada Estado (não tributação da TUSD)
- 2** Distribuidoras voltam a tributar a TUSD 100%



Lei Complementar 194/22 – “ICMS sobre TUSD”

POSSÍVEIS CENÁRIOS APÓS DECISÃO DO STF

INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DESDE A PUBLICAÇÃO

- Distribuidoras que excluíram o ICMS da TUSD entre jun/22 e fev/23 possuem valores **a cobrar dos clientes**

RISCOS

- **Regulatório:** ANEEL permitir a cobrança apenas dos **3 últimos ciclos** (perda financeira)
- **Tributário:** Multa e Juros caso tributo não seja recolhido
- **Distribuidora:** Impossibilidade de refaturamento do período

CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DESDE A PUBLICAÇÃO

- Distribuidoras que não excluíram o ICMS da TUSD entre jun/22 e a data da publicação possuem valores **a devolver aos clientes**

RISCOS

- **Regulatório:** Devolução em dobro
- **Tributário:** Cenário de ressarcimento desafiador + Definição do conceito (componentes tarifários)
- **Distribuidora:** Impossibilidade de refaturamento do período

Possíveis impactos

- ❖ Necessidade de refaturamento do um período extenso (impacto operacional e financeiro nas Distribuidoras:
- ❖ Valor envolvido > **R\$ 20 bilhões**
- ❖ Perda financeira: devolução em dobro / impossibilidade de ressarcimento
- ❖ Modulação dos efeitos: possível devolução/cobrança a depender da decisão e da modulação

Pontos de atenção para o Setor

- ❖ Aproximação no STF (via ABRADÉE) para **modulação** dos efeitos e pedido de **não-refaturamento**
- ❖ Discussão junto a ANEEL para solicitar:
 1. Não aplicação da devolução em dobro;
 2. Permissão para cobrança acima de 03 ciclos; e
 3. Permissão para não refaturamento (componente financeiro na RTP)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Processos: ADIs 7.066, 7.070 e 7.078 – DIFAL – LC 190, de 4 de janeiro de 2022

Relator: Alexandre de Moraes

Foi incluído na pauta do plenário físico de 22 de novembro de 2023.

O QUE SE DISCUTE: Necessidade da observância do prazo nonagesimal ou anterioridade anual para a cobrança do valor a não contribuintes do imposto.

As ações começaram a ser apreciadas em ambiente virtual, mas o julgamento foi interrompido por pedido de destaque da ministra Rosa Weber, quando o **placar estava em 5 a 3 para que a cobrança fosse feita apenas a partir de 2023**. Agora, a contagem de votos será reiniciada do zero.

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 49: NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS NAS TRANSFERÊNCIAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIA ENTRE ESTABELECIMENTO DA MESMA EMPRESA

- Decidiu pela inconstitucionalidade do inciso II, do parágrafo 3º do art. 11 da LC 87/1996, sem redução do seu texto, excluindo do seu âmbito de incidência apenas a hipótese de cobrança do ICMS sobre as transferências de mercadoria entre estabelecimentos de mesma titularidade.
- Decidiu pela Não incidência do ICMS a partir de 2024 (modulação), ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito.
- Prazo para até 31/12/23 para que os Estados disciplinem a transferência de créditos de ICMS entre estabelecimentos de mesmo titular. Não disciplinado, fica reconhecido o direito dos sujeitos passivos de transferirem tais créditos.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

REsps 1.898.532 e 1.905.870 (Tema 1079) – Teto para Contribuições de Terceiros

- O colegiado definirá se a base de cálculo das contribuições por conta de terceiros, como Sebrae, Incra, Sesi, Senai e Senac, devem ser limitadas a 20 salários mínimos.

LEI Nº 6.950, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1981.

Art 4º - O limite máximo do salário-de-contribuição, previsto no art. 5º da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, é fixado em valor correspondente a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único - **O limite a que se refere o presente artigo aplica-se às contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.**

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

REsp 2089686/RS - *Créditos de PIS/Cofins sobre ICMS-ST*

- A 1ª Turma do STJ reconheceu, por unanimidade, o direito do contribuinte de aproveitar créditos de **PIS/Cofins** sobre os valores pagos a título de ICMS-ST (substituição tributária) na etapa anterior.
- A turma negou provimento ao recurso da Fazenda Nacional contra decisão monocrática da relatora, ministra Regina Helena Costa, favorável ao aproveitamento dos créditos.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

- **Inconstitucionalidade da Multa Isolada de 50%** sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, previsto no § 17, art. 74 da Lei 9.430/1996 (cuja redação atualmente é conferida pela Lei 13.097/2015).
 - ✓ RE 796939, contra decisão do TRF 4ª. Região;
 - ✓ Repercussão geral (Tema 736);
 - ✓ ADI 4905 da CNI

Tese de repercussão geral fixada: “É inconstitucional a multa isolada prevista em lei para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão para propiciar automática penalidade pecuniária”.

2ª Turma

Processo: REsp 1708819/RS

Partes: Célula Comércio e Importação de Autopeças e Acessórios x Fazenda Nacional

Relator: Sérgio Kukina

Em recurso da decisão do TRF4, por unanimidade, os ministros entenderam que **não é possível a cumulação das multas isolada e de ofício, sob a alegação de que o STJ tem precedentes que reconhecem a impossibilidade da concomitância de multas.**

1ª Turma da 2ª Câmara da 1ª Seção (21/07/2023)

Processo: 10920.721608/2011-12

Partes: Meta Folpag Ltda. e Fazenda Nacional

Relator: Fredy José Gomes de Albuquerque

- Por unanimidade, a turma manteve a exclusão do contribuinte do regime do Simples Nacional. Para os conselheiros, **o fisco apresentou provas que confirmam que a empresa integrava um grupo econômico de fato**. Isso significa que, embora fossem formalmente independentes, a Meta Folpag e outras empresas formavam um grupo na prática, **cujo faturamento excedia o limite anual para enquadramento no Simples**.
- Para fundamentar [a exclusão do Simples], a fiscalização apresentou um website mostrando que as sócias da recorrente estariam exercendo cargo de diretores em outras empresas do suposto grupo econômico.

1ª Turma da Câmara Superior (07/11/2023)

Processo: 16561.720081/201707

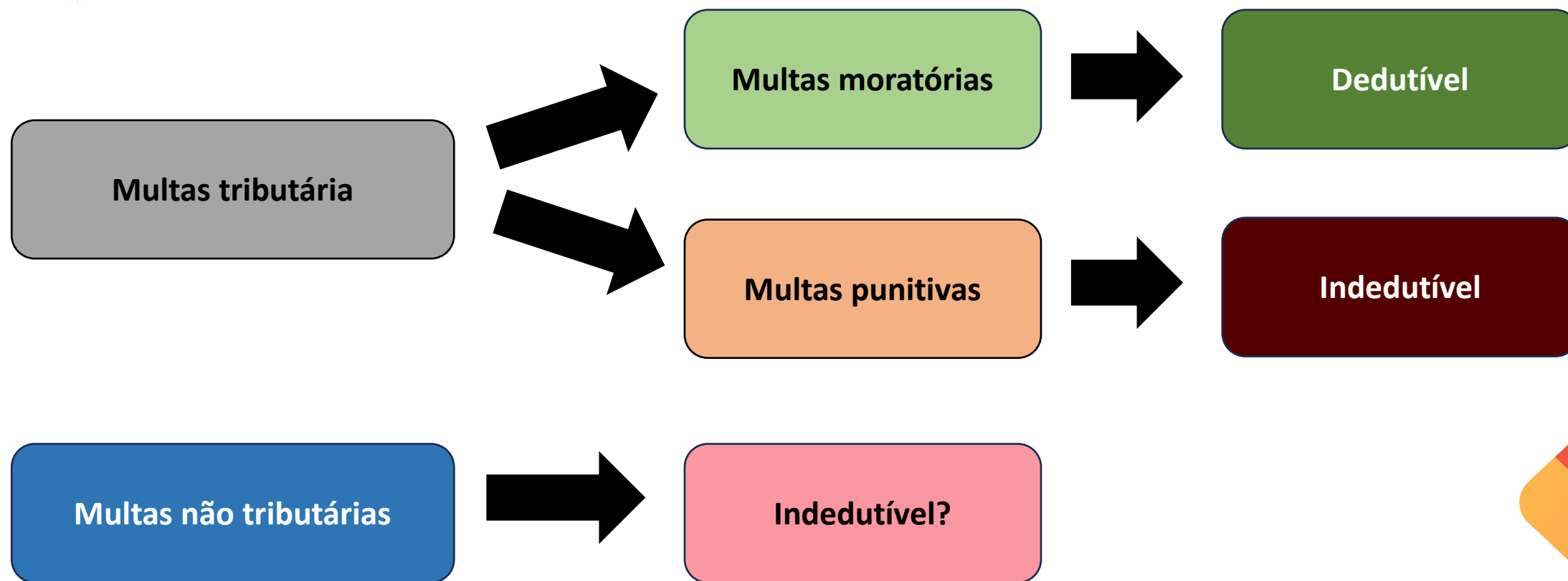
Partes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e Fazenda Nacional

Relator: Luis Henrique Marotti Toselli

Por cinco votos a três, **o colegiado permitiu a amortização de ágio em operação que teve utilização de empresa veículo em ambiente regulado**. O valor do processo é de R\$ 87,3 milhões.

O caso trata da aquisição da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) pela ISA, empresa colombiana, no processo de privatização da companhia que pertencia ao governo de São Paulo. A ISA constitui a Isa Capital no Brasil, que adquire a participação societária na CTEEP. Posteriormente, há a constituição da ISA Participações, considerada veículo pela fiscalização, que tem capital integralizado e passa a ser a nova controladora da CTEEP. Em seguida, a CTEEP incorpora a Isa Participações e absorve o ágio gerado.

DEDUTIBILIDADE DE PENALIDADES DA ANEEL



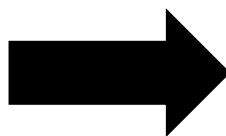
DEDUTIBILIDADE DE PENALIDADES DA ANEEL

Descumprir a lei / regulamento
não é “necessário” para a atividade



Risco inerente à atividade
empresarial

 CARF



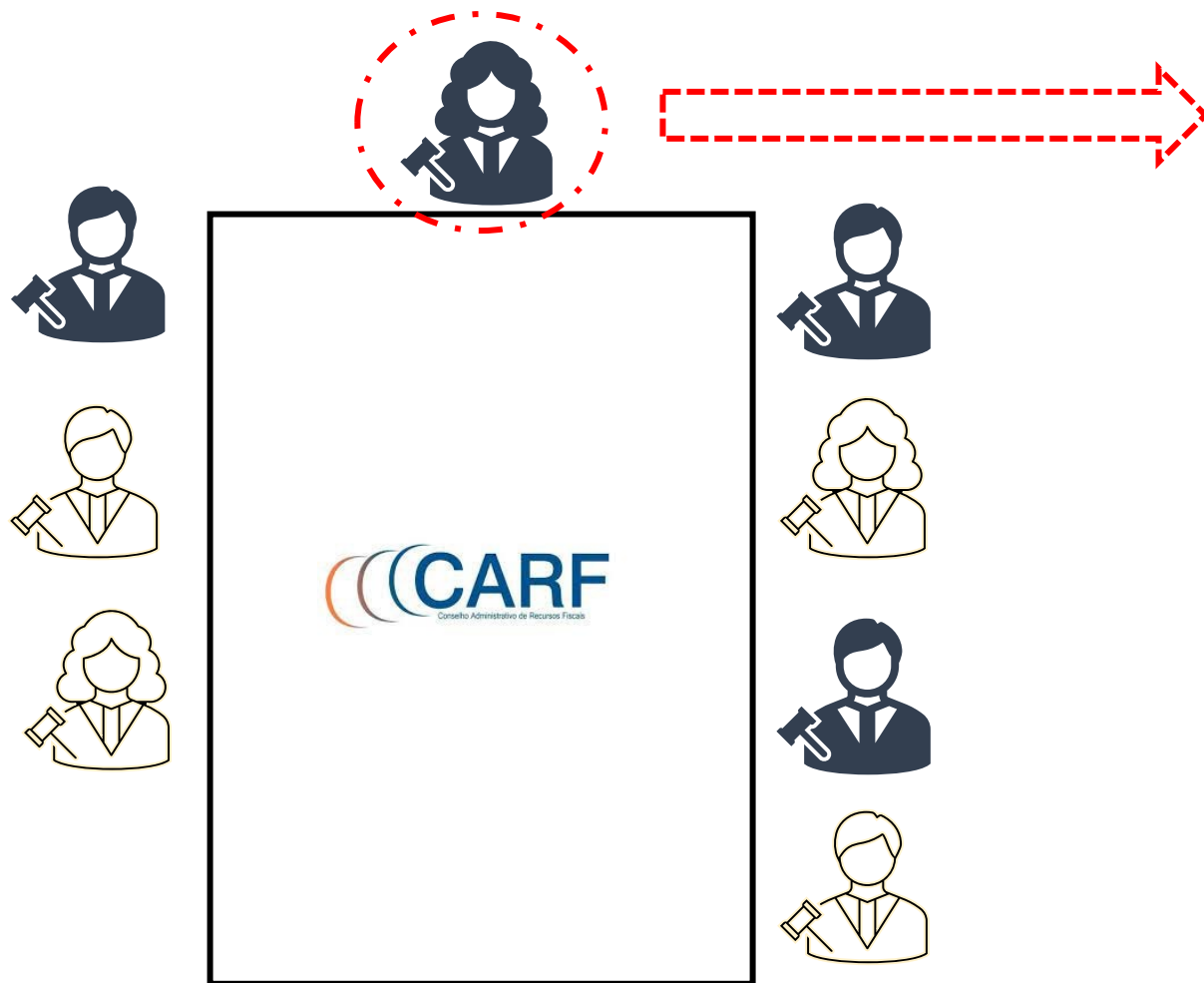
Processo nº 10530.721720/2014-81
Processo nº 10530.721720/2014-81
Recurso Especial do Procurador e do Contribuinte
Acórdão nº 9101-006.652 – CSRF / 1ª Turma
Sessão de 12 de julho de 2023

É da natureza da prática empresarial submeter-se ao imponderável, inclusive no âmbito dos deveres jurídicos. Para o exercício de atividades econômicas, é absolutamente necessário atirar-se num vasto campo do imprevisível e suportar as suas consequências, inclusive aquelas de índole punitiva. Na verdade, podemos dizer com a mais absoluta segurança que é praticamente impossível, em muitos setores econômicos, conseguir guiar um empreendimento sem arcar com multas impostas pela administração pública.

DEDUTIBILIDADE DE PENALIDADES DA ANEEL



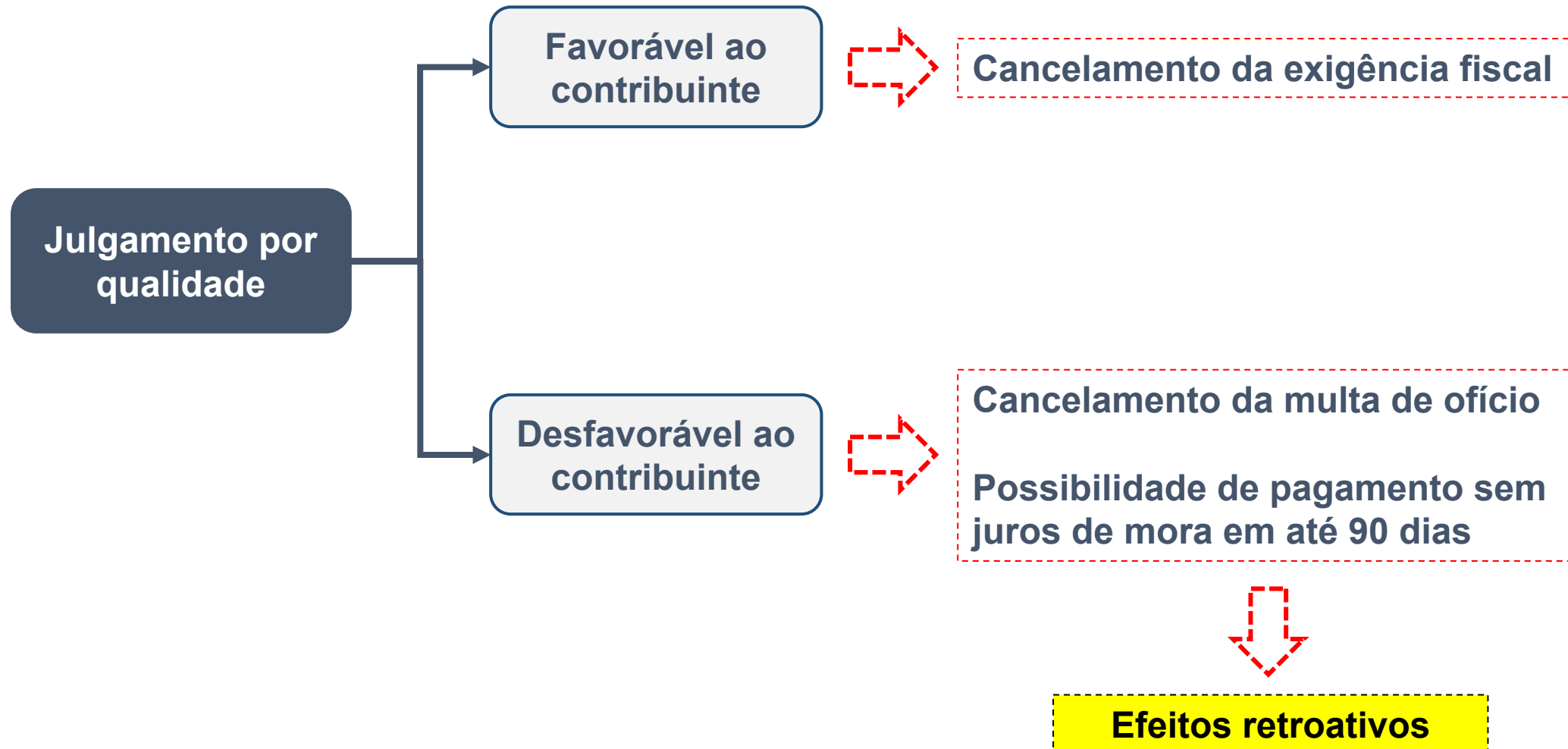
“LEI DO CARF”: LEI N. 14.689/2023



Em caso de empate, prevalece o voto do Presidente de Turma

Esse voto pode ser favorável ou desfavorável ao contribuinte

“LEI DO CARF”: LEI N. 14.689/2023



“LEI DO CARF”: LEI N. 14.689/2023

Processo nº 16682.721141/2018-13
Recurso Voluntário
Acórdão nº 1402-004.517 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de março de 2020

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)

Ano-calendário: 2013, 2014

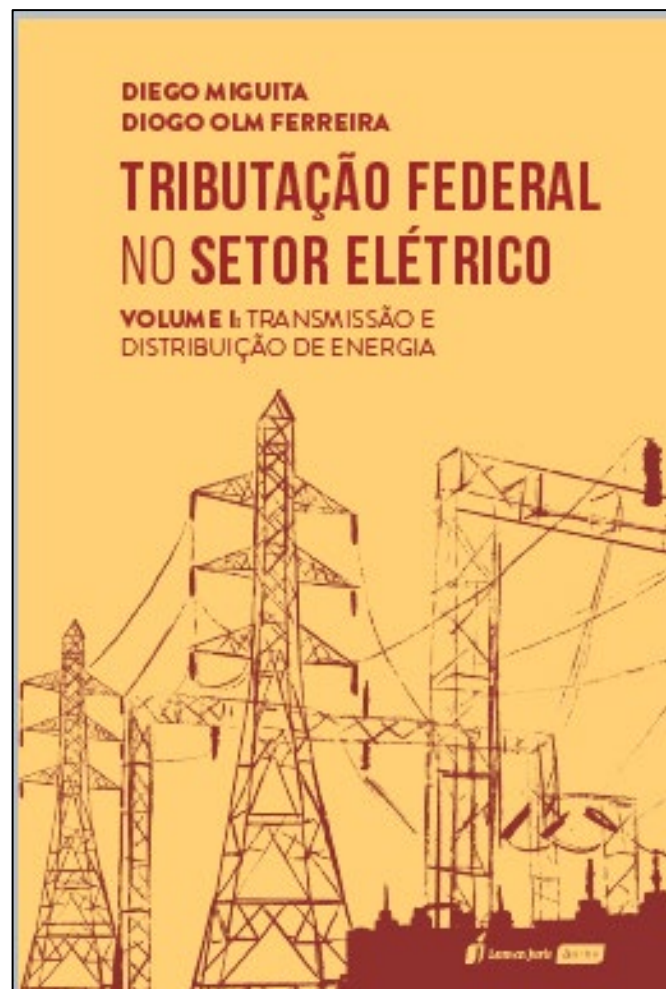
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. PERDAS TÉCNICAS. PERDAS INERENTES AO PROCESSO DE TRANSPORTE. INCLUSÃO NO CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO. PERDAS NÃO TÉCNICAS. DESPESA DEDUTÍVEL EM CASOS ESPECÍFICOS.

A energia elétrica correspondente às perdas não técnicas, assim entendidas as perdas de energia elétrica que não sejam intrínsecas às atividades desenvolvidas pelas distribuidoras de energia elétrica, decorrentes de eventos como furtos de energia e erros de medição, não poderá integrar o custo dos serviços prestados.

Acordam os membros do colegiado, i) por voto de qualidade, negar provimento ao recurso voluntário em relação, i.i) ao pedido de nulidade por alteração de critério jurídico pela decisão a quo; i.ii) à infração imputada; i.iii) à multa isolada, vencidos a Relatora e os Conselheiros

Lançamento do livro “Tributação Federal no Setor Elétrico”

Vol. 1: Transmissão e Distribuição de Energia



GANIM ADVOGADOS ASSOCIADOS

Antonio Ganim

antonio@ganim.com.br

aganim@ganimadvogados.com.br

61 – 3344-6061; 61 – 3341-3488; 61 – 3344-8453

61 – 98480-9373

VBSO ADVOGADOS

Diogo Olm Ferreira

dferreira@vbso.com.br

11 97679 4212